

SUMÁRIO

PARTE I • CONFLITOS FAMILIARES E SUA ABORDAGEM EM JUÍZO

Conrado Paulino da Rosa

1		
A FAMÍLIA NA JUSTIÇA		19
2		
AÇÕES DE FAMÍLIA COM RELEVANTE APLICAÇÃO DA PERÍCIA		25
2.1 Guarda de filhos		26
2.2 Convivência familiar		36
2.3 Alienação Parental		45
3		
O PAPEL DAS PERÍCIAS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA		65
3.1 A prova pericial no direito brasileiro		66
3.2 Nomeação do perito e relevância do assistente técnico		74
3.3 A entrega do laudo e as posturas a serem adotadas		82
4		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		89

PARTE II • AVALIAÇÃO PERICIAL PSICOLÓGICA NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA

Glicia Barbosa de Mattos Brazil

1		
O FUNDAMENTO DA PERÍCIA PSICOLÓGICA		95
1.1 Fundamento constitucional da perícia psicológica		95

1.2 Fundamentos legais da perícia psicológica.....	98
1.3 Fundamentos da categoria profissional para a realização de perícia psicológica.....	98

2

NATUREZA JURÍDICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO ÂMBITO FORENSE.....	115
--	------------

3

LAUDO PSICOLÓGICO	117
3.1 Conceito e finalidade do Laudo Psicológico – Artigo 13 da Resolução 06/2019 do CFP.....	117
3.2 Como deve ser escrito o Laudo Psicológico de acordo com o Conselho Federal de Psicologia	118
3.3 Estrutura do Laudo Psicológico nos moldes da Resolução 06/2019 do CFP.....	119
3.4 Estrutura de Laudo nos moldes do Artigo 473 do CPC – Lei 13.105/2015.....	124
3.5 Instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente.....	127
3.5.1 Consideram-se fontes de informação	127
3.6 Laudo tem que ser conclusivo e propositivo	130
3.7 Importância do prognóstico nos Laudos Psicológicos	135
3.8 A importância do diálogo entre os peritos e assistentes técnicos	136

4

PERÍCIA PSICOLÓGICA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL DEPOIMENTO ESPECIAL.....	139
---	------------

4.1 Novas regras do Conselho Nacional de Justiça para escuta de criança nos casos de alienação parental nos processos de famílias	141
---	-----

5

ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES TÉCNICOS DAS PARTES	145
5.1 Perícia Complexa.....	146
5.2 Ausência de compromisso legal.....	147

5.3 Compromisso ético	148
5.4 Autonomia técnica do psicólogo assistente técnico	149
5.5 Quesitos	150

6

QUADRO SINÓTICO SOBRE AS ATUAÇÕES COMO PSICÓLOGO PERITO E COMO ASSISTENTE TÉCNICO	153
--	------------

7

QUANDO A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO NÃO TEM NATUREZA PERICIAL	159
7.1 Reavaliação psicológica	159
7.2 Auxílio do psicólogo em audiência	160
7.3 Distinção entre perícia e Depoimento Especial	165
7.4 Acompanhamento psicológico nos casos de reconstrução de vínculo ..	168
7.5 Acompanhamento psicológico nos casos de tratamento compulsório	173
7.6 Visitas assistidas no interior do fórum ou em entidades conveniadas....	174
7.7 Escuta especializada	174

8

DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS	179
8.1 Princípios técnicos e éticos na produção de documentos	179
8.1.1 Princípios técnicos (qualidade)	182
8.1.2 Princípios da linguagem técnica	183
8.1.3 Princípios éticos	186
8.2 Distinção entre Laudo Psicológico e Parecer Psicológico	188

9

QUESTÕES ÉTICAS DO COTIDIANO DOS PSICÓLOGOS NA ESCRITA DE LAUDOS JUDICIAIS: UMA DISCUSSÃO	191
9.1 A exigência relacionada ao trabalho com perícias	191
9.2 Sigilo <i>versus</i> responsabilidade na proteção integral de crianças e adolescentes	193
9.3 Violência psicológica e o sofrimento de crianças e adolescentes	198

9.4 A participação do assistente técnico na entrevista pericial	199
9.5 Dúvida sobre a capacitação: psicanalista pode ser indicado como assistente técnico em caso de perícia psicológica?.....	201

PARTE III • AVALIAÇÃO PERICIAL PSIQUIÁTRICA NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA

Alcina Juliana Soares Barros

1	
INTRODUÇÃO	205
2	
HABILITAÇÃO AO TRABALHO PSIQUIÁTRICO-FORENSE	209
3	
TÉCNICA PERICIAL PSIQUIÁTRICA	213
3.1 Aspectos gerais.....	213
3.2 Qualidades essenciais do laudo psiquiátrico forense	214
3.3 Estrutura do laudo psiquiátrico forense	216
3.4 Ética pericial.....	223
3.5 Atuação do perito judicial e produção do laudo	224
3.6 Atuação dos assistentes técnicos das partes e produção dos pareceres ...	226
3.7 Elaboração de quesitos para a perícia judicial	227
3.8 Respostas aos quesitos formulados.....	228
4	
TEMAS ESPECIAIS	229
4.1 Perícias de curatela e tomada de decisão apoiada.....	229
4.1.1 Alertas técnicos em perícias de curatela/tomada de decisão apoiada	238
4.2 Perícias de guarda e convivência familiar.....	240
4.2.1 Qualidades do psiquiatra habilitado para perícias de guarda e convivência familiar	244

SUMÁRIO

4.2.2	Etapas do trabalho pericial psiquiátrico	245
4.3	Convivência familiar mediada, assistida ou tutelada	249
4.4	Alienação parental <i>versus</i> distanciamento justificado de um dos pais	250
4.5	Abuso infantil: abuso físico, emocional, sexual, negligência, Síndrome de Münchausen por Procuração e abuso fetal	257
4.6	Verdadeiras e falsas alegações de maus-tratos infantis em processos de guarda e convivência familiar	261
4.7	Consequências para a saúde mental das crianças em processos com intensos litígios	264
4.8	Ideia supervalorizada no contexto de família	266
4.9	Transtornos mentais, incluindo os transtornos por uso de substâncias e os transtornos graves da personalidade, nos periciandos	267
4.10	O psiquiatra que realiza Depoimento Especial nos processos de família	271
4.11	Exoneração de alimentos de ex-cônjuge que alegava incapacidade total para o trabalho por doença mental grave, em período após divórcio litigioso.....	271
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
	REFERÊNCIAS	275